

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021



ÍNDICE

3 APRESENTAÇÃO

4 DESTAQUES 2021

4 Regulamentação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais é alvo de discussões

6 Coalizão lança observatório que integra dados de restauração e reflorestamento

8 Silvicultura de espécies nativas recebe programa de pesquisa e impulsiona parceria com governo do Espírito Santo

10 Mapeamento inédito mostra uso de dados de desmatamento pelo empresariado

12 Participação em consultas públicas fortalece o debate sobre finanças verdes

14 Coalizão reivindica instituição de Política Nacional de Bioeconomia e integração de dados

16 Preparação do Brasil para a COP é debatida em webinários e rende relatório com recomendações para negociadores

18 Coalizão discute clima, agricultura e geopolítica em Fóruns internacionais

20 ENGAJAMENTO DA REDE DA COALIZÃO

20 Diagrama da estrutura da Coalizão em 2021

21 Atividades dos Fóruns de Diálogo

22 Fórum de Diálogo Desmatamento

23 Fórum de Diálogo Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos

24 Fórum de Diálogo Agropecuária e Silvicultura

25 Fórum de Diálogo Floresta Nativa

26 ADVOCACY

27 INDICADORES DE COMUNICAÇÃO

28 FACILITADORES E EQUIPE DA COALIZÃO

30 PRESTAÇÃO DE CONTAS

31 AGRADECIMENTOS

32 PERSPECTIVAS PARA 2022

33 SOBRE A COALIZÃO

Clique nos hiperlinks em azul e nos ícones ao longo do relatório para acessar os conteúdos:



APRESENTAÇÃO

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** consolidou-se em 2021, quando completou seu sexto aniversário, como um ator de relevância nacional no debate sobre a agenda agroambiental. Alçado por uma composição sem precedentes, que reúne empresas, setor financeiro, academia e organizações da sociedade civil, o movimento reforçou seu posicionamento em pautas em discussão no Congresso Nacional, como Pagamentos por Serviços Ambientais, regularização fundiária e licenciamento ambiental, criou mapeamentos inéditos sobre restauração e desmatamento, trabalhou em conjunto com governos estaduais e o Poder Judiciário no trato a florestas públicas não destinadas, contribuiu com consultas públicas sobre finanças verdes e discutiu gargalos das concessões de florestais, entre tantos outros temas.

Em maio, a **Coalizão** atingiu o marco de 300 membros, e encerrou o ano com 321 integrantes em suas fileiras, engajados em 14 Forças-Tarefa. Sua visibilidade também atingiu um contorno inédito junto à opinião pública. O movimento acumulou 2.875 menções nos meios de comunicação em 2021 – um aumento de 73% sobre o índice constatado em 2020, recordista até então. Nas redes sociais, a **Coalizão** angariou 29.652 seguidores, um avanço de 43% ante ao visto no ano anterior.

Foi, também, um ano de reestruturações. Três Forças-Tarefa do Fórum de Diálogo Floresta Nativa (Monitoramento da Restauração, Demandas de Restauração e Vitrine da Restauração) juntaram-se sob o guarda-chuva da FT Restauração, que assumiu desafios como o de ampliar dados de um observatório e formar multiplicadores sobre o tema.

No Fórum de Diálogo Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos, a FT Estratégia Internacional foi incorporada à FT Mercado de Carbono. Já o Fórum de Diálogo Agropecuária e Silvicultura abrigou a FT Código Florestal, criada em setembro, com o objetivo de manter a sinergia da visão da **Coalizão** sobre o tema, que permeia o trabalho de sete Forças-Tarefa.

A Coordenação Executiva, os facilitadores e os Grupos Estratégico e Executivo conduzem as atividades, as interlocuções e a divulgação de posicionamentos, servindo como um centro nervoso a um movimento que, mesmo tão ramificado, caminha unido e resoluto erguendo a bandeira do desenvolvimento sustentável e da economia de baixo carbono.



REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS É ALVO DE DISCUSSÕES

Shutterstock



FT PSA acompanhou sanção da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e prepara contribuições ao texto

Após 13 anos de discussão no Congresso Nacional, a [Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais \(PSA\) foi sancionada em janeiro de 2021](#). O fim de sua longa tramitação no Legislativo abriu uma nova frente de atuação, já que os vetos ao texto original inviabilizavam o prometido avanço na agenda da sustentabilidade no país.

Em março, a **Coalizão Brasil** divulgou uma [nota técnica](#) alertando que os vetos presidenciais comprometiam temas relacionados à governança e transparência do Programa Federal de PSA previsto na lei. Duas semanas depois, a [Câmara dos Deputados derrubou a maior parte dos vetos](#), medida celebrada pelo movimento.

“A lei reconhece os serviços ambientais como passíveis de remuneração, define diretrizes e cria segurança jurídica para as iniciativas

de PSA. Ainda, a política gera um ambiente favorável capaz de atrair investimentos em prol da conservação e recuperação do capital natural do país. A lei integra o setor produtivo e ambiental numa mesma agenda e define como prioritárias aquelas populações mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico e climático”, ressaltou Erika Pinto, líder da Força-Tarefa Pagamento por Serviços Ambientais (FT PSA).

Ao lado de uma consultoria jurídica, a FT iniciou um amplo debate sobre a regulamentação da lei. O grupo prepara uma minuta com contribuições à política nacional, reivindicando, por exemplo, salvaguardas socioambientais a comunidades tradicionais, pequenos produtores familiares e povos indígenas.

Outro ponto preocupante é lidar com a insegurança jurídica provocada por questões ►

de regularização fundiária. Para isso, é preciso rever os sistemas de monitoramento e de precificação de serviços, informações atualmente muito dispersas.

Membros da FT também têm acompanhado o desenvolvimento de uma plataforma de PSA, que conecta produtores de serviços ambientais e financiadores, assegurando a inclusão de pequenos negócios na nova agenda agroambiental.

SAIBA MAIS:



Entrevista com Erika Pinto: Aprovação da Política Nacional de PSA é um avanço sem precedentes, mas próximos passos trazem grandes desafios



Brasil conquista Política Nacional de PSA, mas governança e transparência saem comprometidas



Nota técnica da Coalizão Brasil sobre os vetos à Lei de PSA



Congresso derruba maioria dos vetos presidenciais à Política Nacional de PSA e garante governança e transparência



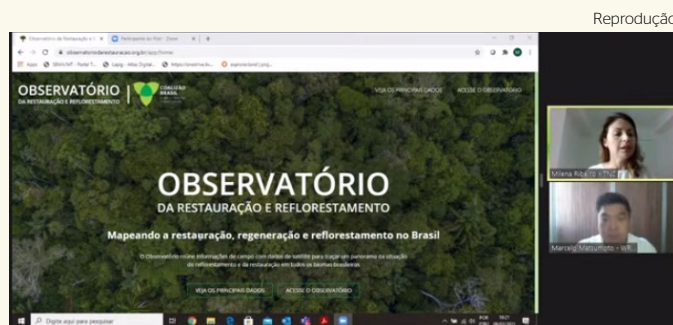
Derrubar o veto aos incentivos fiscais da Política Nacional de PSA é fundamental para atrair investimentos

COALIZÃO LANÇA OBSERVATÓRIO QUE INTEGRA DADOS DE RESTAURAÇÃO E REFLORESTAMENTO

Três meses antes do lançamento da Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas, a **Coalizão Brasil** apresentou, em março, o [Observatório da Restauração e Reflorestamento](#), uma plataforma que reúne informações de campo com dados de satélite para traçar um panorama da recuperação de todos os biomas brasileiros. A iniciativa conta com o apoio do WRI Brasil, WWF Brasil, Imazon, Pacto pela Restauração da Amazônia e The Nature Conservancy.

A plataforma, que está em processo de expansão, já mapeou 79,1 milhares de hectares que contam com projetos de restauração; 10,9 milhões de hectares em regeneração natural; e 9,35 milhões de hectares de áreas em reflorestamento. A transparência e visibilidade dos dados são vitais para que o público possa verificar cada iniciativa, além de contribuir para que os produtores rurais planejem novos plantios.

A análise das informações georreferenciadas integradas pela ferramenta permite que empresas privadas façam o rastreamento da cadeia de produtos florestais, além de verificar o cumprimento de suas políticas de sustentabilidade e monitorar áreas de restauração para fins de compensação ambiental. A plataforma também proporcionará o acompanhamento



Reprodução

Plataforma une informações de campo e dados de satélite

dos compromissos de restauração e reflorestamento assumidos pelo Brasil em iniciativas internacionais.

O Observatório conta com duas interfaces para análise de seu conteúdo. Uma delas apresenta os dados principais de forma simples e direta, ideal para consulta pelo público em geral; outra traz ferramentas para filtrar as áreas por biomas, regiões, estados e municípios, oferecendo aos gestores públicos e demais interessados informações robustas para melhorar o planejamento e dar escala à restauração.

[No lançamento da plataforma](#), Márcio Macedo, engenheiro do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia do BNDES, confirmou que o observatório ajudará no trabalho operacional de análise e acompanhamento de projetos financiados pelo banco. Também será útil para outras ►

instituições financeiras que apoiam iniciativas de restauração, reflorestamentos e regularização ambiental.

Em sua nova versão, que será lançada em 2022, a plataforma qualificará os dados reportados, como a idade da área em restauração, seu potencial para evoluir para uma floresta consolidada e informações sobre o potencial sequestro de carbono, melhoria da segurança hídrica e benefícios socioeconômicos.

SAIBA MAIS:



Observatório apresenta dados sobre restauração e reflorestamento em todos os biomas brasileiros



Acesse o Observatório da Restauração e Reflorestamento



Vídeo: Conheça o Observatório da Restauração e Reflorestamento



Vídeo: Conheça os principais dados



Vídeo: Conheça as funcionalidades



Vídeo: Conheça o banco de dados



Vídeo: Lançamento do Observatório

SILVICULTURA DE ESPÉCIES NATIVAS RECEBE PROGRAMA DE PESQUISA E IMPULSIONA PARCERIA COM GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO

Secom-ES



Representantes da Coalizão e do governo do Espírito Santo em reunião sobre o GT de Silvicultura de Espécies Nativas

O futuro da economia verde no Brasil passa pela silvicultura de espécies nativas. Este setor tem o potencial de reduzir o desmatamento e a degradação florestal, conservar a biodiversidade, sequestrar carbono, gerar emprego e renda e garantir investimentos. Ciente de seu valor, a **Coalizão Brasil** lançou, em abril, o [Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas](#) (PP&D-SEN).

Os autores do programa destacam que o país conta com 50 milhões de hectares de pastagens degradadas, com baixa aptidão agrícola, que poderiam ser usadas para o plantio de espécies arbóreas nativas. Esta investida poderia suprir 50% da demanda global de madeira tropical até 2050. O desempenho financeiro da atividade é animador – para cada dólar investido em pesquisa e desenvolvimento de árvores nativas, o retorno será de US\$ 2,39, de acordo com os

especialistas envolvidos na iniciativa, que teve o apoio do WRI Brasil e outras instituições. “Há conhecimento requintado sobre florestas pelo Brasil inteiro, um diferencial que pode atrair investimentos”, ressaltou Rachel Biderman, cofacilitadora da **Coalizão**, [no lançamento do PP&D-SEN](#).

O potencial transformador do setor foi corroborado por um estudo divulgado em dezembro pela **Coalizão** e pelo WRI Brasil. Intitulado “[Reflorestamento com espécies nativas: estudos de casos, viabilidade econômica e benefícios ambientais](#)”, o trabalho avaliou os resultados de 40 projetos espalhados em todo o país. Desses, 32 traziam retorno de investimento que variava entre 9,5% e 28,4% ao ano, mostrando que são competitivos se comparados a outras atividades agropecuárias.

Ao longo de 15 anos, o PP&D-SEN prevê a implementação de 20 sítios de estudo na



Amazônia e na Mata Atlântica, com espécies já mapeadas segundo seu potencial econômico. O programa, que está em fase de captação de recursos, terá um eixo especial para capacitação, seja para pós-graduação ou cursos de extensão.

Outra iniciativa da **Coalizão** na área foi o anúncio, em março, do [Grupo de Trabalho de Silvicultura de Espécies Nativas](#) (GT Nativas), uma colaboração com o governo do Espírito Santo para fomentar estudos e ações que levem à criação de um polo de silvicultura de espécies nativas no estado. Um acordo de cooperação técnica assinado em agosto formalizou a parceria.

Com vigência até agosto de 2023, o acordo de cooperação tem, entre suas metas, a elaboração de uma proposta de modernização regulatória para o estado, estabelecimento de um plano de ação com atividades, orçamento e cronograma para o polo, além do mapeamento de sinergias entre a atuação do GT e as iniciativas e políticas do estado.

SAIBA MAIS:



Vídeo: Governo do ES anuncia “GT Nativas”, iniciativa construída em parceria com a Coalizão Brasil



Vídeo: Lançamento do Programa P&D em Silvicultura com Espécies Nativas



Relatório: “Programa de Pesquisa & Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas”



Vídeo: Webinar “Reflorestamento com espécies nativas: retorno para o produtor e benefício para o clima”



Estudo: “Reflorestamento com espécies nativas: estudo de casos, viabilidade econômica e benefícios ambientais”

MAPEAMENTO INÉDITO MOSTRA USO DE DADOS DE DESMATAMENTO PELO EMPRESARIADO

Altomedia/123Rf.com



Pesquisa mostrou importância das informações sobre o desmatamento para a tomada de decisões pelo empresariado

Não faltam métricas sobre o desmatamento no Brasil. Mas a adoção dessas informações pelo empresariado ainda era desconhecida. Por isso, a **Coalizão Brasil** lançou, em maio, o levantamento “[Como o setor privado usa dados de desmatamento](#)”, realizado entre outubro e dezembro de 2020 com 70 participantes de 60 diferentes instituições, entre elas companhias atuantes nos setores florestal, financeiro e agroindustrial.

A maioria dos participantes relatou que sua instituição já utiliza dados de desmatamento nos processos de decisão (90%) e as fontes de dados mais citadas foram as oficiais, produzidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como o Prodes Amazônia (66%) e o Deter (46%). Além disso, 24% dos entrevistados

relataram que consultam diariamente as informações, e um a cada quatro entrevistados declara fazê-lo mensalmente.

Apesar da ampla adesão aos levantamentos sobre o desmate, as empresas mencionaram uma série de dúvidas e dificuldades, como a ausência de informações para verificar a legalidade do corte da vegetação nativa e problemas para o cruzamento dos dados de desmatamento com outros índices, como o impacto na biodiversidade e na água.

As empresas também declararam ter dúvidas sobre a acurácia e resolução dos dados disponíveis e levantaram questões sobre a credibilidade das informações oficiais, devido ao risco de interferência política nos órgãos ►

científicos responsáveis pelos levantamentos. “Identificamos dois principais grupos de dúvidas. Um é em relação à falta de entendimento completo dos dados. Essa dificuldade pode estar relacionada ao fato de que quem toma as decisões no setor privado não necessariamente tem conhecimento técnico para interpretar o dado. Outra frente tem a ver com transparência da informação. Um ponto central aqui é a capacidade de distinguir o desmatamento legal do ilegal”, explicou Clarissa Gandour, colíder da Força-Tarefa Dados do Desmatamento, que organizou a pesquisa ao lado da outra colíder à época, Paula Bernasconi.

O grupo identificou, como próximos passos, a elaboração de materiais informativos e a realização de treinamentos e capacitação para

o melhor uso das informações. O aumento da transparência dos dados, que pode ser atingido através da disponibilização das Autorizações de Supressão Vegetal, esteve entre as seis medidas elencadas pela **Coalizão** no documento [“Ações para a queda rápida do desmatamento”](#).

SAIBA MAIS:



Mapeamento: “Como o setor privado usa dados de desmatamento”



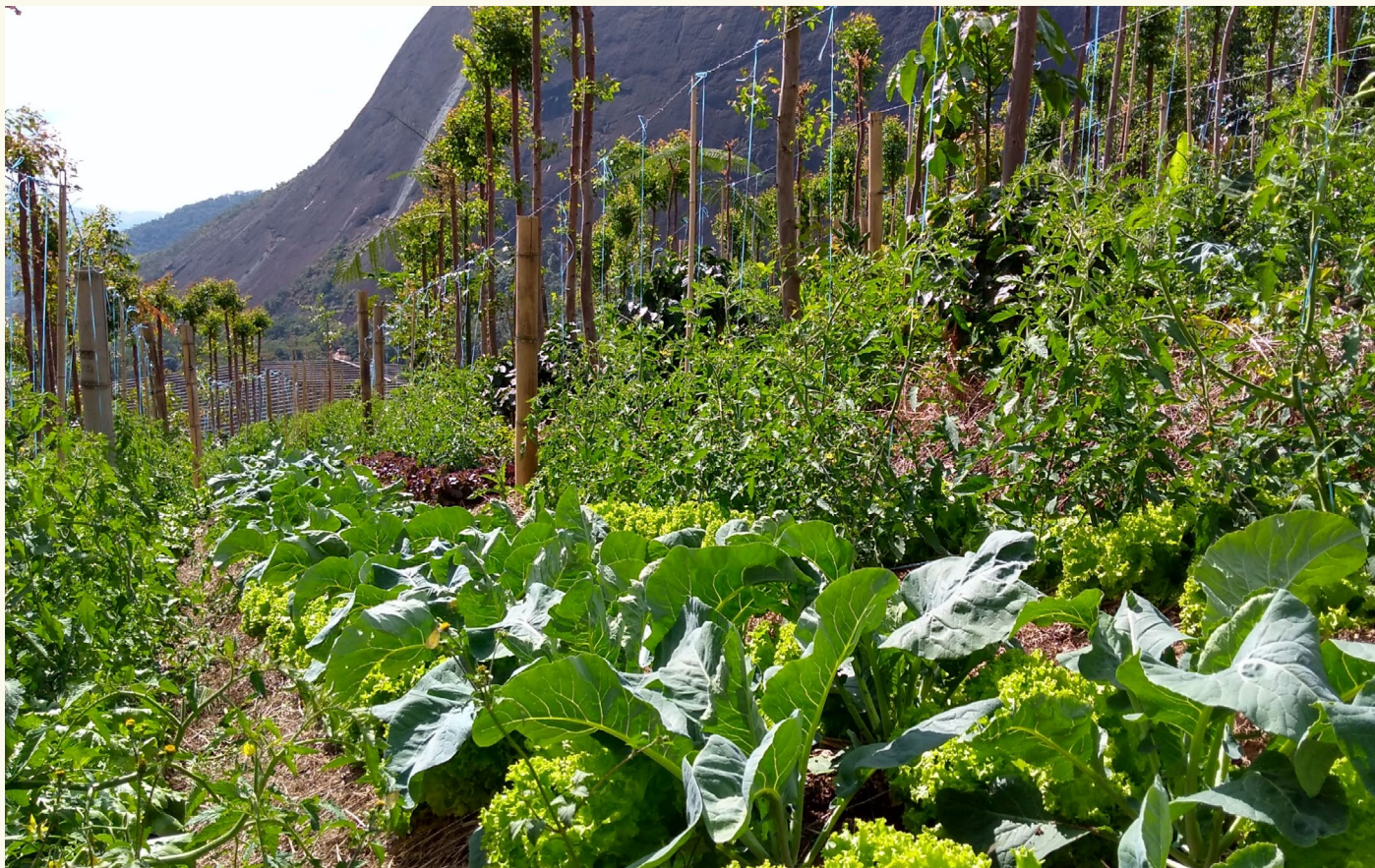
Entrevista com Clarissa Gandour: Estancar o desmatamento na Amazônia é combater a ilegalidade e a corrupção



Desmatamento recorde da Amazônia mostra Brasil rumo ao abismo

PARTICIPAÇÃO EM CONSULTAS PÚBLICAS FORTALECE O DEBATE SOBRE FINANÇAS VERDES

Shutterstock



Coalizão enviou contribuições a consultas públicas do Banco Central e propostas para os planos Safra e ABC+

A defesa do desenvolvimento econômico pautado no uso sustentável da terra levou a **Coalizão Brasil** a se engajar em diversas políticas e instrumentos de fomento à agricultura de baixo carbono. Em 2021, a Força-Tarefa Finanças Verdes envolveu-se em consultas públicas do Banco Central (BC) e em iniciativas do Ministério da Agricultura - a avaliação decenal da implementação do Plano ABC e a elaboração do Plano Safra 2021/2022 e do Plano Operacional ABC+ 2020-2030.

A **Coalizão** contribuiu com a [consulta 82 do BC](#), que tratava da criação do Bureau Verde de Crédito Rural, e com as [consultas 85 e 86](#), sobre a regulamentação da política socioambiental e gestão de riscos climáticos.

Já as propostas enviadas ao Plano Safra destacavam a necessidade de direcionar o financiamento pelo crédito rural para práticas e tecnologias sustentáveis que visem a tornar a agropecuária mais resiliente às mudanças climáticas.

Entre 2021 e 2022, o Plano Safra destinará R\$ 5,05 bilhões ao Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Atmosfera (Programa ABC), cujo objetivo é promover a descarbonização da produção agropecuária. Seus recursos duplicaram em relação ao biênio anterior.

“Um ponto importante a ser destacado foi a criação de grupos de trabalho para avaliar ►

os critérios socioambientais das propriedades que acessam o seguro rural, como trabalho análogo ao escravo e existência de áreas embargadas”, explicou Leila Harfuch, colíder da FT Finanças Verdes.

Com relação ao Plano ABC, a avaliação da **Coalizão** é que os dez primeiros anos da política trouxeram resultados expressivos, e que seu sucessor, o ABC+, que estará em vigor entre 2020 e 2030, ampliará seu escopo, abrangendo a gestão integrada da paisagem e unindo mitigação e adaptação às mudanças climáticas, além da adequação ao Código Florestal. Espera-se que a iniciativa inclua também os pequenos produtores, para que eles tenham acesso à tecnologia em suas propriedades, e que a nova política alavanque o financiamento privado.

A consulta pública sobre o [Plano Operacional ABC+](#) incorporou, de forma integral ou parcial, [17 contribuições enviadas pela Coalizão](#). Entre as adotadas pelo Ministério da Agricultura

estão itens que tratam de bioinsumos, aperfeiçoamentos relacionados ao crédito rural e incentivo à adoção do sistema de plantio direto sobre pastagens, como forma de integração entre culturas e outros modelos de produção sustentáveis.

SAIBA MAIS:



Entrevista com Leila Harfuch: Plano Safra traz mudanças para o Programa ABC para 21/22



Plano Safra 2021/2022: Contribuições da Coalizão Brasil



Consulta Pública 82/2021 do Banco Central: Contribuições da Coalizão Brasil



Consultas Públicas 85 e 86/2021 do Banco Central: Contribuições da Coalizão Brasil



Consulta Pública ABC+ 2020-2030: Contribuições da Coalizão Brasil



Plano ABC+ 2020-2030 incorpora 17 contribuições da Coalizão Brasil

COALIZÃO REIVINDICA INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA NACIONAL DE BIOECONOMIA E INTEGRAÇÃO DE DADOS

Shutterstock



Documento indicou nove prioridades para o fomento à bioeconomia no país, como criação de política nacional sobre o tema

A bioeconomia reúne alguns dos princípios fundamentais da **Coalizão Brasil**: seu conceito abrange a promoção do uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento de sistemas agrícolas, a proteção e restauração da vegetação nativa, a inclusão socioeconômica de comunidades tradicionais e agricultores familiares, além da geração de renda para a zona rural e regiões florestais. No entanto, o tema é encarado no país a partir de discussões fragmentadas e setorializadas. Por isso, a Força-Tarefa Bioeconomia assumiu a missão de conciliar diferentes posições sobre o assunto e criar

um plano de ação para que o país possa ser uma potência mundial no uso responsável de seus recursos naturais.

Em setembro, a **Coalizão** divulgou um [posicionamento elencando nove iniciativas prioritárias](#). Uma delas é a criação de uma Política Nacional de Bioeconomia inclusiva, abrangente e simplificadora, que nutra oportunidades e estimule a inovação. Outro ponto fundamental é a integração de fontes de dados sobre a biodiversidade brasileira, mapeando cadeias escaláveis e gargalos de agregação de valor. ►

O fortalecimento de programas de fomento à pesquisa em bioeconomia pode contribuir para a implantação de polos regionais de excelência voltados à produção de conhecimentos em biodiversidade e ecossistemas nativos. A partir daí, será possível estruturar centros regionais de capacitação que integrem conhecimento de áreas como ecologia, alimentos, agricultura, florestas e negócios, formando gerações de profissionais e empreendedores.

“Hoje a bioeconomia é um tema atraente à indústria tradicional e agrega uma visão regenerativa e alinhada a princípios de uma produção aliada à conservação. O Brasil é o país que pode conciliar essas visões, porque tem uma riqueza imensa em biomas e a fortaleza do nosso agro”, explicou Luciana Villa Nova, colíder da Força-Tarefa de Bioeconomia.

Para ser plenamente alinhado à vocação do país, porém, o desenvolvimento da bioeconomia deve ser entrelaçado ao sistema socioeconômico, ou seja, as oportunidades que surgiram por meio desse novo modelo precisam mirar o fim da miséria e da pobreza. O Brasil, então, deve mostrar ao mundo que é possível descarbonizar a economia e criar fontes de emprego e renda.

SAIBA MAIS:



Entrevista com Luciana Villa Nova: Brasil pode liderar economia de baixo carbono



Coalizão Brasil defende criação de uma Política Nacional de Bioeconomia

PREPARAÇÃO DO BRASIL PARA A COP É DEBATIDA EM WEBINÁRIOS E RENDE RELATÓRIO COM RECOMENDAÇÕES PARA NEGOCIADORES

Michael Barnes/Cabinet Office



Representantes da sociedade civil reuniram-se em agosto com Alok Sharma (centro, em pé), presidente da COP 26

A comunidade internacional nutria altas expectativas em relação à 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), realizada de 31 de outubro a 12 novembro de 2021, em Glasgow, com um ano de atraso - a convenção, originalmente prevista para 2020, foi adiada devido à pandemia do coronavírus. A **Coalizão Brasil** realizou, em parceria com o jornal *Valor Econômico*, uma série de seis webinários dedicados aos temas que estariam em jogo na cúpula, debatendo também como o Brasil deveria se engajar nas discussões e que novos compromissos poderia assumir.

Os eventos virtuais ocorreram a partir de abril e foram mediados por jornalistas do Valor e membros da **Coalizão**. No rol de

debatedores estiveram personalidades de diferentes vertentes ligadas à agenda climática, como acadêmicos, empresários e representantes do setor financeiro, do agronegócio e de ONGs e comunidades tradicionais. Na pauta, discutiram, entre outros assuntos, as oportunidades trazidas pelo Acordo de Paris para conciliar produção agropecuária e conservação ambiental na Amazônia e no Cerrado.

Os webinários forneceram insumos para a elaboração do relatório "[Recomendações para a COP 26](#)". Lançado em outubro, cerca de três semanas antes do início da conferência, o documento traz cinco medidas que, segundo a **Coalizão**, deveriam ser perseguidas pelo governo brasileiro e pela comunidade internacional: ►

- Ampliar a ambição das metas nacionais de corte de gases de efeito estufa, engajando outros países a fazer o mesmo;
- Concluir a regulamentação do mercado mundial de carbono;
- Investir em soluções baseadas na natureza contra as mudanças climáticas, como redução do desmatamento, agricultura de baixo carbono e restauração;
- Apoiar o financiamento climático a países em desenvolvimento; e
- Financiar a adaptação das comunidades vulneráveis de nações em desenvolvimento contra eventos extremos, buscando promover justiça climática.

O relatório destacou que o Brasil, quinto país que mais emite gases de efeito estufa, é também o maior exportador mundial de carne bovina, segundo de grãos e quarto principal produtor de alimentos. Do total de emissões brasileiras, 28% são geradas pela agropecuária e 44% pela conversão do uso do solo, quase exclusivamente por desmatamento.

“As decisões que tomarmos nesta década serão decisivas para o futuro do clima no planeta. Como um dos maiores emissores globais de gases de efeito estufa e também

como uma das economias mais vulneráveis a alterações do clima, o Brasil precisa urgentemente elevar sua ambição climática”, reivindicou Marcello Brito, então cofacilitador da **Coalizão**.

ASSISTA AOS WEBINÁRIOS:



Da Cúpula do Clima à COP 26: o que está em jogo?



O que diz a ciência: o papel do Brasil no cenário climático internacional



O setor privado brasileiro na ação climática



O Acordo de Paris e as oportunidades para conciliar produção agropecuária e conservação no Cerrado



O Acordo de Paris e a Amazônia: oportunidades para produzir e conservar



Brasil rumo à COP 26: Recomendações e próximos passos

SAIBA MAIS:



Coalizão Brasil defende aumento da meta climática brasileira



Senado adota meta equivocada para redução de emissões



Relatório: “Recomendações para a COP 26”



Assinatura de acordo florestal é uma vitória no combate às mudanças climáticas

COALIZÃO DISCUTE CLIMA, AGRICULTURA E GEOPOLÍTICA EM FÓRUMS INTERNACIONAIS

Laura Lamonica



Marcello Brito (centro), então cofacilitador da Coalizão, faz mediação de debate no Brazil Climate Action Hub, na COP 26

A **Coalizão Brasil** adquiriu visibilidade internacional inédita em 2021, participando de importantes cúpulas onde se debateram temas como mudanças climáticas e o futuro da floresta amazônica.

O movimento foi um dos apoiadores de [uma edição especial sobre Amazônia do Global Landscapes Forum \(GLF\)](#), uma das principais plataformas globais sobre paisagens sustentáveis. Em setembro, mais de 200 especialistas discutiram os desafios do bioma, que se aproxima do ponto de não-retorno, quando a floresta perderá sua funcionalidade como geradora de água.

Outros painéis que contaram com especialistas da **Coalizão** abordaram a geopolítica do desmatamento zero e como acabar com a devastação da floresta na produção de commodities, além de sessões sobre o potencial da bioeconomia e a

criação de um modelo de desenvolvimento sustentável endógeno, ou seja, uma transição rumo à economia de baixo carbono que inclua os povos da floresta. A plenária final, mediada pela cofacilitadora Rachel Biderman, questionou como ampliar negócios sustentáveis, financiamento climático e políticas públicas para a ação regional na Amazônia.

Na Climate Week NYC, também realizada em setembro, a **Coalizão** promoveu o debate “[Redes pelo clima: iniciativas da sociedade civil e do setor privado na agenda da sustentabilidade](#)”, sobre a importância do diálogo entre ambas as partes para assegurar avanços na agenda agroambiental.





Em novembro, a **Coalizão** foi uma das colaboradoras do Brazil Climate Action Hub, que se consolidou como o espaço de debates da sociedade civil na 26ª Conferência das ►

Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26). O movimento realizou no local, ao lado do IPAM, uma discussão sobre o futuro da Amazônia. Representantes da **Coalizão** também figuraram em painéis organizados por empresas - em temas como restauração e práticas de baixa emissão de carbono na agropecuária - e por parlamentares, que abordaram o papel do Congresso na crise do clima.


A troca de impressões na convenção da ONU não se restringiu aos eventos: a **Coalizão** também participou de articulações bilaterais e conversou com representantes da delegação brasileira.

Outra edição do GLF ocorreu simultaneamente à COP 26 em Glasgow, na Escócia. [O GLF Climate: Frontiers of Change](#) teve a participação do então cofacilitador Marcello Brito em sua plenária final. Em março de 2022, em um balanço sobre a conferência, os organizadores do GLF selecionaram o discurso de Brito para a campanha “Palestrantes imprescindíveis”.





COALIZÃO NO GLF AMAZÔNIA:

-  **A geopolítica do desmatamento zero: conectando oferta e demanda**
-  **O que significa bioeconomia?**
-  **Como construir um modelo de desenvolvimento endógeno?**
-  **E agora? Como ampliar negócios sustentáveis, financiamento climático, alianças e políticas públicas para a ação regional?**

COALIZÃO NA CLIMATE WEEK:

-  **Redes pelo clima: iniciativas da sociedade civil e do setor privado na agenda da sustentabilidade**

COALIZÃO NA COP 26:

-  **O futuro da Amazônia: conciliando produção agropecuária e conservação da floresta (parte 1)**
-  **O futuro da Amazônia: conciliando produção agropecuária e conservação da floresta (parte 2)**
-  **União pela Restauração: TNC, WRI, CI e WWF juntas pela Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica**
-  **Soluções para ganho de escala de práticas de baixa emissão de carbono na agropecuária**

COALIZÃO NO GLF CLIMATE:



-  **Plenária final do GLF Climate: Frontiers of Change**
-  **Discurso de Marcello Brito: “Why climate negotiations fail”**

DIAGRAMA DA ESTRUTURA DA COALIZÃO EM 2021

FÓRUM DE DIÁLOGO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA

EDUARDO BASTOS
Bayer
IVONE NAMIKAWA
Klabin
LEDA TAVARES
WWF Brasil
LIÈGE CORREIA
JBS/Friboi
LUCAS HENRIQUE RIBEIRO
Abag

FORÇAS-TAREFA

ATER
JULIANA MONTI
Fundação Solidaridad
MARIANA PEREIRA
Fundação Solidaridad
CÓDIGO FLORESTAL
BETO MESQUITA
BVRio e Diálogo Florestal
RENATA NOGUEIRA
Cargill
FINANÇAS VERDES
JULIANO ASSUNÇÃO
CPI/PUC-Rio
LEILA HARFUCH
Agroicone

FÓRUM DE DIÁLOGO DESMATAMENTO

ALESSANDRA FAJARDO
Bayer
FABIANA REGUERO
Amaggi
FABIOLA ZEBINI
TFA
PAULO MOUTINHO
IPAM
TÚLIO DIAS BRITO
Agropalma

FORÇAS-TAREFA

DADOS DE DESMATAMENTO
CLARISSA GANDOUR
CPI/PUC-Rio
PRISCILA MATTIA
Natura
FLORESTAS PÚBLICAS NÃO DESTINADAS
PAULO MOUTINHO
IPAM
RASTREABILIDADE DA CARNE
BIANCA NAKAMATO
WWF Brasil
MARCIO NAPPO
JBS

FÓRUM DE DIÁLOGO FLORESTA NATIVA

ANA LEITE BASTOS
Amata
EDUARDO ROXO
Atina
LEONARDO SOBRAL
Imaflora
MIGUEL CALMON
CI
PAULO BARRETO
Imazon

FORÇAS-TAREFA

BIOECONOMIA
EDUARDO ROXO
Atina
JULIANA SIMÕES
TNC
LUCIANA VILLA NOVA
CONCESSÕES FLORESTAIS
ANA LEITE BASTOS
Amata
LEONARDO SOBRAL
Imaflora
RESTAURAÇÃO
LAURA ANTONIAZZI
Agroicone
RUBENS BENINI
TNC
SILVICULTURA DE NATIVAS
MIGUEL CALMON
CI
RODRIGO CIRIELLO
Futuro Florestal

FÓRUM DE DIÁLOGO POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

ANDREIA BONZO AZEVEDO
Instituto Igarapé
BETO MESQUITA
BVRio
DIOGO BARDAL
IFC
ERIKA PINTO
IPAM
GABRIEL SIQUEIRA
Unicamp
JOANA CHIAVARI
CPI/PUC-Rio
KALIL CURY
Partner Desenvolvimento
RODRIGO LIMA
Agroicone

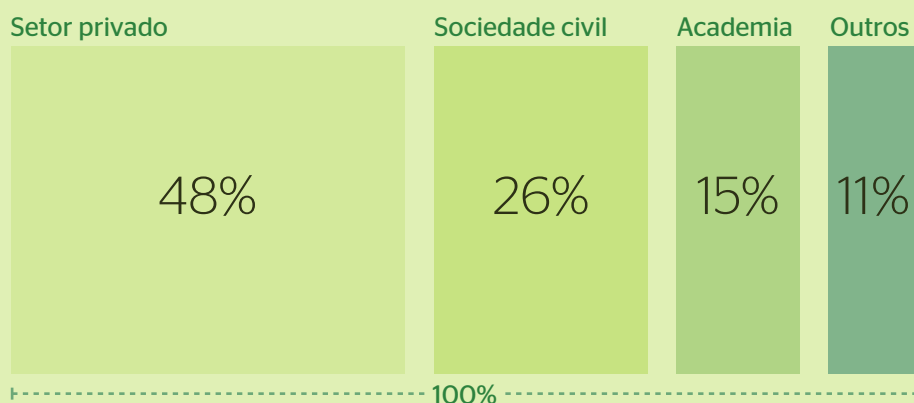
FORÇAS-TAREFA

MERCADOS DE CARBONO
EDUARDO BASTOS
Bayer
GABRIELA SAVIAN
IPAM
JOSÉ CARLOS DA FONSECA JR
Ibá
MONITORAMENTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL
ANDREIA BONZO AZEVEDO
Instituto Igarapé
MÔNICA DIAS
Suzano
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS
ERIKA PINTO
IPAM
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
JOANA CHIAVARI
CPI/PUC-Rio

ATIVIDADES DOS FÓRUNS DE DIÁLOGO



PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS REUNIÕES:



PLATAFORMA DO PLANO DE AÇÃO:

CLIQUE AQUI para conferir as ações planejadas e desenvolvidas pelos Fóruns de Diálogo e pelas Forças-Tarefa

CLIQUE AQUI para participar dos Fóruns de Diálogo

ALGUNS TEMAS DEBATIDOS:

“Valor e escala para a economia da floresta nativa: restauração, manejo e bioeconomia”

“A sustentabilidade na reforma agrária”

“A importância do combate ao desmatamento para ambição climática”

FÓRUM DE DIÁLOGO DESMATAMENTO

Estratégia e transparência. As Forças-Tarefa do Fórum Desmatamento adotaram estas duas palavras de ordem para pautar os seus trabalhos em 2021, quando a devastação da Amazônia atingiu um novo recorde pelo terceiro ano consecutivo, sendo o índice mais elevado desde 2006.

A FT Dados do Desmatamento identificou, através de um mapeamento inédito, [como o setor privado usa informações sobre a perda da cobertura da vegetação nativa](#). Assim, descobriu a demanda por um formato mais simples, didático e atualizado das estatísticas. Para isso, a força-tarefa estabeleceu uma parceria com a [PlenaMata](#), um portal de informação sobre desmatamento e conservação da Amazônia mantido por organizações como Natura, InfoAmazonia e MapBiomas.

Em reunião com representantes do Serviço Florestal Brasileiro, líderes do Fórum Desmatamento ressaltaram a importância de usar informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para conter o desflorestamento. A FT Florestas Públicas Não Destinadas

busca medidas para viabilizar a suspensão dos cadastros sobrepostos a florestas públicas. Dados sobre essas áreas não destinadas, que são as mais ameaçadas pela grilagem, foram compartilhados em conversas com o governador do Maranhão, Flávio Dino, e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Já a FT Rastreabilidade da Carne aproximou-se do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contribuindo para a construção dos painéis temáticos do [Observatório da Agropecuária Brasileira](#), que visa facilitar e sistematizar o acesso às informações sobre as cadeias da agropecuária. A força-tarefa também discutiu com o Ministério a iniciativa Inovacarne, que aborda a rastreabilidade da pecuária, defendendo a padronização da metodologia das diversas iniciativas dedicadas ao tema – conduzidas pelo poder público, empresas privadas e sociedade civil organizada. Esta medida contribuiria para a criação de um sistema único que revelaria se as propriedades rurais seguem as diretrizes de conformidade ambiental em suas atividades.

FÓRUM DE DIÁLOGO

POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

2021 foi um ano intenso no acompanhamento de projetos de lei (PLs) que poderiam provocar um importante impacto sobre a agenda de agricultura e meio ambiente. A Câmara dos Deputados aprovou controversos PLs sobre [licenciamento ambiental](#) e regularização fundiária.

A FT PSA elaborou diversos posicionamentos relacionados à regulamentação da Lei 14.119/2021, que instaurou a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. O texto foi sancionado em janeiro de 2021 com vetos presidenciais que, segundo a **Coalizão Brasil**, [comprometeriam a governança e a transparência do novo programa federal](#). [Portanto, a derrubada dos vetos seria fundamental](#) para a criação de incentivos fiscais que atraíssem novas fontes de recurso ao programa, que vem despertando interesse do setor privado, dada a crescente representatividade do conceito em índices de sustentabilidade corporativa.

A **Coalizão** preparou uma [nota técnica explicando os riscos relacionados a cada veto](#), como a “perda histórica de reconhecer e valorar o trabalho dos milhões de cidadãos que cuidam de nossos ativos ambientais”. Em março, o [Congresso derrubou a maioria dos vetos](#). O passo seguinte da FT PSA foi o trabalho conjunto com uma consultoria jurídica para elaborar contribuições para instauração da nova política nacional.

Já a FT Monitoramento do Ordenamento Territorial estudou iniciativas que visam promover a integração de cadastros de imóveis rurais do país, como a da Receita Federal. Outra frente de trabalho é o desenvolvimento de uma plataforma de governança territorial junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Ambas as medidas aumentarão a transparência dos dados e a segurança jurídica de proprietários de terras.

A FT Regularização Fundiária, que desde 2020 acompanha as discussões sobre a MP 910/2019 e o PL 2633/2020, seguiu monitorando o PL 510/2021, que também visa alterar normas sobre o tema, no Senado Federal. Em um posicionamento em abril, a **Coalizão** alertou que a [mudança da lei não reverterá a situação de milhares de proprietários rurais que aguardam os títulos de terra](#) - o efeito do texto, na verdade, pode ser o contrário, já que flexibiliza o marco temporal e o tamanho dos imóveis a serem titulados, legitimando práticas de grilagem e estimulando ocupações ilegais.

Assim como o PL 510/2021, também preocupa o debate sobre o PL 528/2021, que regulamenta o mercado de carbono brasileiro. Especialistas reunidos na FT Mercados de Carbono atuam para que o texto inclua pontos inegociáveis, como a mistura de mercado regulado e voluntário, assim como garantir a presença de salvaguardas ambientais.

FÓRUM DE DIÁLOGO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA

Através de suas Forças-Tarefa, o Fórum Agropecuária e Silvicultura reforçou seu entendimento de que a inovação tecnológica na produção do campo é crucial para conter as mudanças climáticas. Também ressaltou a importância do fomento à agricultura familiar e jogou holofotes sob o Código Florestal, cuja implementação é considerada peça-chave para conciliar produção e conservação.

A **Coalizão Brasil** defendeu que o Plano Safra, como principal instrumento de implementação da política agrícola brasileira, seja completamente alinhado às metas climáticas do país e, portanto, tenha seu portfólio vinculado a práticas de baixa emissão de carbono, como funciona hoje o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Atmosfera (Programa ABC).

Em suas [contribuições ao Plano Safra 2021/22](#) e a [consultas públicas do Banco Central](#), a FT Finanças Verdes ressaltou a necessidade de compromisso com a descarbonização no campo, o aprimoramento do crédito rural, o fortalecimento da gestão de risco para produtores que adotam sistemas resilientes (seguro rural) e a garantia de que projetos financiados pelo governo federal não incluam a prática de desmatamento ou conversão de áreas naturais.

A FT também contribuiu com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na avaliação decenal do Plano ABC 2011-2020 e participou da consulta pública do [Plano Operacional ABC+](#), que tem vigência entre 2020 e 2030, sendo que [17 das propostas enviadas foram incorporadas](#), total ou parcialmente.

A FT ATER discutiu os principais pontos de contribuição ao PL 4.371/2020, que propõe a revisão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Segundo a força-tarefa, essa revisão deveria enfatizar como público-alvo os agricultores familiares, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais. Além disso, também foram elencados pontos como a atualização de técnicas de ATER em relação a práticas de baixo carbono e a maior participação de estados, municípios e sociedade civil na elaboração das ações previstas. O texto do PL, no entanto, foi retirado pelo autor.

Em setembro, o Fórum Agropecuária e Silvicultura passou a abrigar a [mais nova força-tarefa da Coalizão, a FT Código Florestal](#), cujo objetivo é promover a sinergia entre as sete FTs que trabalham temas relacionados à legislação, além de abrir um canal de diálogo com outros grupos que atuam por sua implementação.

.....

FÓRUM DE DIÁLOGO FLORESTA NATIVA

É tempo de criar novas estratégias, procurar parceiros e desenvolver planos ainda mais ambiciosos. Em 2021, o Fórum Floresta Nativa seguiu os passos da Organização das Nações Unidas, que inaugurou a [Década da Restauração dos Ecossistemas](#), e ampliou a comunicação do tema com a sociedade. Além disso, criou um grupo de trabalho (GT) que se envolveu na criação de um polo pioneiro de silvicultura com espécies nativas no país, e articulou, junto a outras organizações, para unificar informações sobre bioeconomia, que podem levar à instituição de uma política nacional sobre esta agenda.

Criada a partir da junção de três Forças-Tarefa, a FT Restauração dividiu seu trabalho em três frentes. Uma delas se dedica a integrar e qualificar dados de monitoramento por meio do [Observatório da Restauração e Reflorestamento](#), que reúne informações sobre áreas em regeneração, restauração e reflorestamento nos biomas brasileiros. A FT também discute os benefícios da restauração e a capacitação, que incluirá a construção de um curso para formação de multiplicadores do tema.

Além das mudanças em sua estrutura interna, a FT destacou-se ao participar do lançamento da Década de Restauração dos Ecossistemas da ONU e colaborou com o lançamento da plataforma [Vitrine da Restauração](#).

A FT Silvicultura de Nativas lançou o [Programa de Pesquisa & Desenvolvimento](#) para que esta atividade econômica ganhe

escala no Brasil, a exemplo do que ocorreu com outras commodities. O projeto tem como objetivo criar uma base científica e tecnológica que leve o país à liderança na produção sustentável de madeira tropical.

A força-tarefa também estabeleceu um [grupo de trabalho com o governo do Espírito Santo](#) para implementar um polo de silvicultura no estado, que é referência nacional em programas com espécies nativas, conciliando a agenda ambiental e de negócios.

Em um posicionamento, a FT Bioeconomia defendeu a [criação de uma política nacional voltada ao tema](#), promovendo o uso econômico das florestas a partir de práticas socioambientais, proporcionando a geração de renda e o bem-estar de comunidades locais. Para isso, a FT reivindica a adoção de uma série de medidas, como a disponibilização de incentivos fiscais voltados a iniciativas de bioeconomia, além do compromisso do setor empresarial aos princípios de ESG (“environmental, social and governance”, na sigla em inglês - ou, em tradução livre, “ambiental, social e governança”).

A FT Concessões Florestais, por sua vez, acompanha a evolução do PL 5.518/2020, que propõe alteração da lei de gestão de florestas públicas, e organizou um debate com parceiros sobre os gargalos para o estabelecimento de contratos de concessões, como alto custo e indefinições sobre a estrutura de governança.

.....

ADVOCACY

Em 2021, a **Coalizão Brasil** [intensificou o diálogo com o poder público](#), em todas as suas esferas, além de atores internacionais estratégicos na agenda agroambiental. Na pauta, figuraram assuntos como política climática, regularização fundiária, combate ao desmatamento, restauração e implementação do Código Florestal.

Foram 82 reuniões com o poder público, que envolveram mais de 200 participantes. Entre eles, os ministérios da Economia, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional e Relações Exteriores. Foram abordados com as pastas assuntos como restauração, pagamento por serviços ambientais e crédito rural, e todas receberam o relatório feito pelo movimento com recomendações para a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26). Houve, também, um movimento de [reaproximação com o Serviço Florestal Brasileiro](#) (SFB), em que a **Coalizão** ressaltou a importância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de controle e monitoramento contra o desmatamento. O SFB, por sua vez, apresentou o planejamento relacionado à implementação do Código Florestal.

No Judiciário, a **Coalizão** trocou impressões sobre a abertura de dados e informações relacionados a florestas públicas com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No setor financeiro, conversou sobre silvicultura de nativas com o BNDES e financiamento verde com o Banco Central do Brasil.

Atores subnacionais também estreitaram laços com a **Coalizão**. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, foi um parceiro estratégico na assinatura de um acordo de cooperação técnica para criação de um polo de silvicultura de nativas no estado. Já o governador Flávio Dino, do Maranhão, presidente do Consórcio Interestadual do Desenvolvimento da Amazônia Legal, discutiu os desafios para o combate à grilagem.

No Congresso, o movimento foi procurado por representantes de diferentes partidos das Frentes Parlamentares Ambientalista e da Agropecuária. Entre eles, os senadores Jaques Wagner (PT), Confúcio Moura (MDB) e Katia Abreu (Progressistas), além dos deputados Rodrigo Agostinho (PSB), Zé Silva (Solidariedade), Arnaldo Jardim (Cidadania), Camilo Capiberibe (PSB), Nilto Tatto (PT), Tabata Amaral (PSB) e Zé Vitor (PL). A **Coalizão** [participou de sete audiências públicas](#), onde falou sobre temas como avaliação das metas climáticas brasileiras e licenciamento ambiental.

Na seara internacional, o movimento [foi um dos coletivos convidados a se reunir em Brasília, em agosto, com o presidente da COP 26, Alok Sharma](#). As mudanças climáticas também foram tema de conversa com embaixadas de países-chave para a descarbonização do planeta, como EUA, China e Reino Unido, além da União Europeia. Também dialogou com as representações diplomáticas da Noruega e da Alemanha, nações doadoras do Fundo Amazônia, além da Dinamarca e dos Países Baixos.

.....

INDICADORES DE COMUNICAÇÃO

18

posicionamentos
e notas técnicas

10

boletins

12

vídeos

4

relatórios ou
estudos

17

eventos da
Coalizão

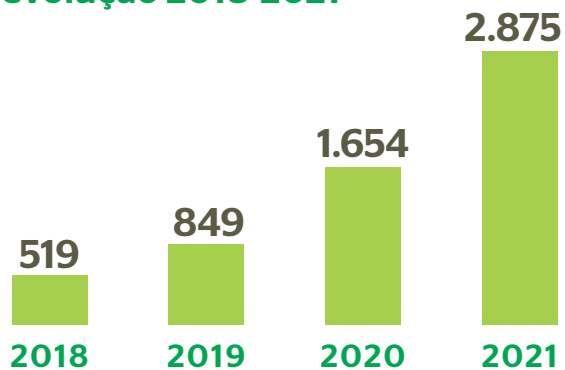
20

participações
em outros eventos

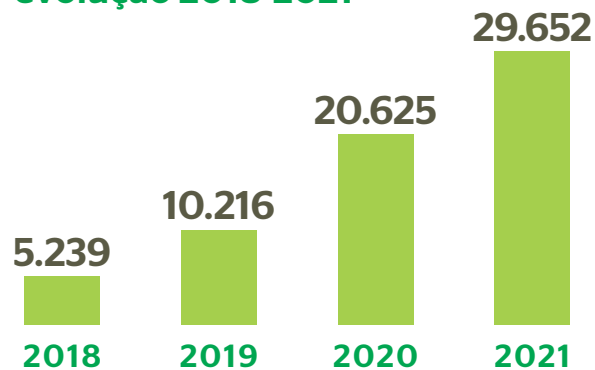
Parcerias com revistas Agroanalysis e Globo Rural

VISIBILIDADE

Menções na imprensa:
evolução 2018-2021



Seguidores nas redes sociais:
evolução 2018-2021



Siga a Coalizão
nas redes sociais



FACILITADORES E EQUIPE DA COALIZÃO

Durante a segunda plenária de 2021 da **Coalizão Brasil**, realizada em dezembro, o embaixador [José Carlos da Fonseca Jr., diretor-executivo da Indústria Brasileira de Árvores \(Ibá\), assumiu a cofacilitação do movimento](#). Fonseca substituiu o engenheiro Marcello Brito, que encerrou seu mandato de dois anos.

Diplomata de carreira desde 1982, Fonseca serviu em cidades como Washington (EUA), Ottawa (Canadá) e Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos). Foi, ainda, ministro-consultor em Nova Délhi (Índia) e embaixador do Brasil em Myanmar.

Também atuou como assessor especial e chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, deputado federal pelo Espírito Santo e secretário da Fazenda e da Casa Civil no estado.

Fonseca assumiu em 2019 a direção-executiva da Ibá, associação responsável pela representação institucional da cadeia produtiva de árvores plantadas, que agrega mais de 40 empresas do setor. À época, ingressou na **Coalizão**, onde atua como colíder da Força-Tarefa Mercados de Carbono.

O diplomata divide a cofacilitação da **Coalizão** com Rachel Biderman, vice-presidente sênior para as Américas da Conservação Internacional (CI), que assumiu a vaga em dezembro de 2020 e permanecerá à frente do movimento até o final de 2022.

Os facilitadores são os principais responsáveis pela representação da **Coalizão** em eventos e reuniões e também pela mediação do diálogo entre os membros de forma geral. Desde 2018, a posição




José Carlos da Fonseca Jr: 'Buscamos convergências'



Rachel Biderman: 'Consolidamos um movimento mão na massa'

é dividida por dois representantes de diferentes setores.

“O que nos move é um amor profundo ao Brasil e a certeza de que podemos estar em uma situação melhor do que a que vigora hoje em nosso país”, disse Fonseca na plenária. “A cofacilitação é apenas um elo de uma cadeia gigantesca de 300 membros irmanados no desafio de construir um país melhor, que leve em consideração as diferenças, porque, aqui, buscamos convergências”.

Brito, por sua vez, disse que nunca evoluiu “tanto como pessoa e como cidadão” 

como no período em que exerceu a cofacilitação, saudando o movimento como uma “verdadeira biblioteca de inteligências trabalhando por este país”.

Rachel Biderman deu as boas-vindas a Fonseca e agradeceu a Brito por seu trabalho: “Sua contribuição foi incansável na **Coalizão** e em outros chapéus que veste em prol da economia de baixo carbono”.

[Em entrevista ao boletim da Coalizão](#), Rachel afirmou que 2021 foi um ano “muito proativo” para a rede: “Consolidamos um movimento mão na massa, que entrega resultados em temas urgentes”.

Houve, também, mudanças na coordenação do movimento em 2021. Em junho, Fernanda Macedo deixou o cargo de Coordenadora Executiva e de Comunicação após quatro anos e meio de contribuições. Em seu lugar, na Coordenação Executiva, assumiu Laura Lamonica, que já atua no movimento desde 2017, orientando o trabalho dos Fóruns e Forças-Tarefa, além da gestão financeira. Em

agosto, o jornalista Renato Grandelle juntou-se à **Coalizão**, assumindo a Coordenação de Comunicação.

Além de Laura Lamonica e Renato Grandelle, a coordenação do movimento ainda conta com Maiara Beckrich, analista de Operações e Engajamento, e Joice Oliveira, analista de Operações e Gestão da Informação.

Confira, na seção **SOBRE A COALIZÃO**, a composição da governança do movimento, que também passou por mudanças nos Grupos Estratégico e Executivo e nas lideranças dos Fóruns e Forças-Tarefa ao longo do ano.

COM A PALAVRA, OS COFACILITADORES:



José Carlos da Fonseca Jr:

“A grande crença que nos une é o desenvolvimento sustentável”



Rachel Biderman:

“Consolidamos um movimento mão na massa”

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Total gasto em 2021: R\$ 1.329.156,37

REMUNERAÇÃO DA EQUIPE (42,27%):

quatro profissionais dedicados integralmente à **Coalizão** (Coordenadora Executiva, Coordenador de Comunicação, Analista de Operações e Engajamento e Analista de Operações e Gestão da Informação).

FEE DOS PARCEIROS (9,03%): despesa de apoio jurídico e administrativo-financeiro prestado pelo CEBDS.

DESPESAS OPERACIONAIS (3,16%): estrutura e serviços básicos da **Coalizão**, como manutenção dos sites e e-mails, estoque de materiais, jornais, e-mail marketing, sistemas e plataformas (clipping, Zoom, assinatura digital etc.), taxas e impostos.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (20,46%):

incluem o apoio prestado pela agência responsável pelos boletins de notícias e redes sociais da **Coalizão**, redação de artigos para revistas, design, tradução e assessoria de imprensa.

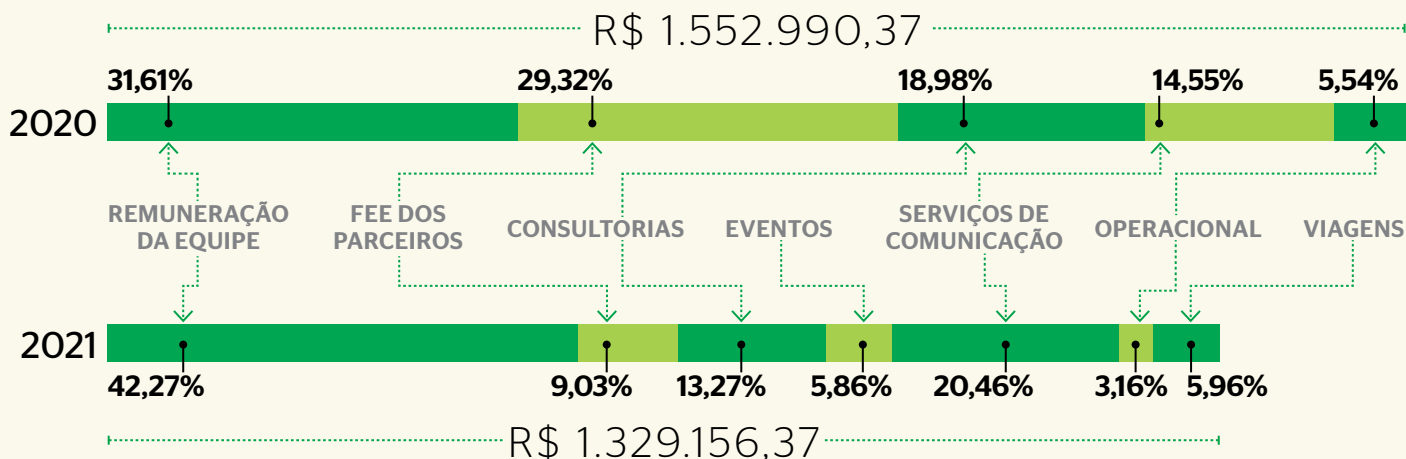
CONSULTORIAS (13,27%): despesas referentes a serviços de assessoria jurídica

e técnica para a construção de proposta de regulamentação da Lei de PSA e para a criação de CNPJ para o secretariado da **Coalizão**, além da consultoria para a elaboração do relatório “Recomendações para a COP 26”. Também estão nesta categoria a revisão de projetos de funding e a análise de recursos humanos.

EVENTOS (5,86%): anteriormente considerados como parte das despesas de comunicação, referem-se às despesas para preparação e realização de webinários, incluindo a produção de vídeos para as plenárias e a participação em eventos internacionais, como o Global Landscapes Forum.

VIAGENS (5,96%): incluem despesas com viagens nacionais e internacionais de representantes da **Coalizão**. Essa categoria apresentou despesas abaixo do estimado inicialmente devido ao contexto de pandemia. A maior parte desses recursos foi utilizada para a participação do movimento na COP 26. Nos relatórios de atividades anteriores, essas despesas foram consideradas como “operacionais”

COMPARATIVO 2020 X 2021



DOADORES 2021



OUTRAS FORMAS DE APOIO EM 2021



PERSPECTIVAS PARA 2022

No ano que será marcado pela eleição presidencial mais polarizada desde a redemocratização do país, a **Coalizão Brasil** debaterá o desenvolvimento alicerçado na agenda do uso da terra - enfrentamento do desmatamento, valorização da floresta e de seus recursos. A segurança alimentar também demandará atenção, devido ao aumento de pessoas que vivem em extrema pobreza - caso de mais de 25 milhões de brasileiros - e ao avanço da fome.

A Força-Tarefa PSA entregará propostas para regulamentação da Lei 14.119/2021, que instaurou a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Já a FT Bioeconomia se dedicará a contribuir para políticas públicas sobre o tema, incentivando o desenvolvimento de sistemas agrícolas e florestais sustentáveis e a inclusão socioeconômica de comunidades tradicionais.

O Observatório da Restauração e Reflorestamento, inaugurado em 2021, terá seu banco de dados reestruturado e abrangerá mais iniciativas de recuperação da vegetação nativa no país. Especialistas reunidos na FT Restauração também preveem a inclusão na plataforma de indicadores sociais e estimativas de sequestro de carbono.

A FT Silvicultura de Espécies Nativas busca recursos para o Programa de Pesquisa & Desenvolvimento voltado ao incentivo à atividade econômica no país. Também seguirá empenhada em um grupo de trabalho formado com o governo do Espírito Santo, que visa à criação de um polo de silvicultura de nativas no estado.

Na FT Finanças Verdes, a prioridade é a contribuição a novas consultas públicas de órgãos estatais dedicadas à disponibilização de crédito e tecnologias para produtores rurais comprometidos com o corte das emissões de

gases de efeito estufa. A ampliação do seguro rural é outra pauta importante, considerando potenciais riscos ao setor agropecuário provocados pelas mudanças climáticas.

O acompanhamento de pautas legislativas orbitará o trabalho de diversas Forças-Tarefa, devido à tramitação de projetos de lei sobre regularização fundiária, concessões florestais, licenciamento ambiental e mercado de carbono.

A implementação do Código Florestal, lei que completa dez anos em 2022, será incentivada pela FT homônima, que dialoga com outros movimentos também engajados no tema. A partir dessa articulação, a **Coalizão** avaliará como poderá contribuir para o debate nacional sem sobrepor sua atuação a outras já existentes.

Na agenda internacional, a **Coalizão** buscará ampliar sua presença nos principais fóruns ambientais, como a Conferência de Biodiversidade da ONU (COP 15), que ocorrerá em Kunming (China); a Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP 27), prevista para novembro em Sharm el-Sheikh (Egito); além da Climate Week NYC, em setembro. O movimento aguarda, ainda, a confirmação da realização da Rio+30, em homenagem às três décadas de aniversário da Rio-92, a primeira convenção da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Outras iniciativas poderão surgir ao longo do ano, a partir do avanço do trabalho das Forças-Tarefa e Fóruns de Diálogo e do debate nacional da agenda de agricultura e meio ambiente, levando a **Coalizão** a divulgar posicionamentos, contribuições ou outras medidas que reforcem a importância estratégica da economia verde e inclusiva para o desenvolvimento do país.

NOSSAS LIDERANÇAS

GRUPO ESTRATÉGICO (GE)



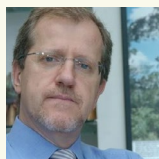
**ANDRÉ
GUIMARÃES**
IPAM



BETO MESQUITA
BVRio e Diálogo
Florestal



**GUILHERME
LEAL**



**JOÃO PAULO
CAPOBIANCO**
IDS



**JOSÉ LUCIANO
PENIDO**



**MARCELO
FURTADO**
ZCO2



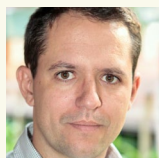
**MARCELLO
BRITO**
CBKK



**MARCOS
MOLINA**
Marfrig Global Foods



**MARINA
GROSSI**
CEBDS



**MAURÍCIO
VOIVODIC**
WWF



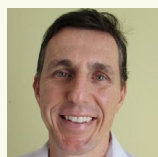
**PAULO
HARTUNG**
Ibá



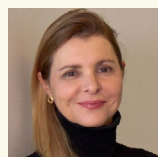
**RICARDO
YOUNG**
Instituto Ethos



**ROBERTO
WAACK**



**RODRIGO
CASTRO**
Fundação Solidaridad



**SYLVIA
COUTINHO**
UBS Brasil



**TASSO
AZEVEDO**

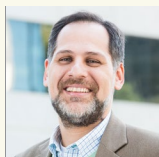


**WALTER
SCHALKA**
Suzano

GRUPO EXECUTIVO (GX)



**CARLOS
ROXO**



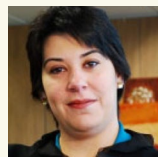
**EDUARDO
BASTOS**
Bayer



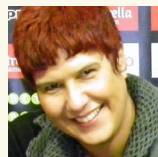
**FABIOLA
ZEBINI**
TFA



**IVONE
NAMIKAWA**
Klabin



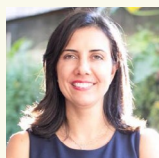
**JULIANA DE
LAVOR LOPES**
Amaggi



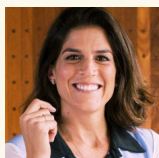
**KAREN
OLIVEIRA**
TNC



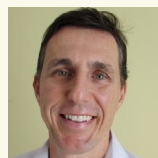
**PAULO MASSI
DALLARI**
Natura



**RENATA
NOGUEIRA**
Cargill

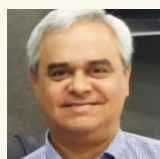


**RENATA
PIAZZON**
Instituto Arapyáú



**RODRIGO
CASTRO**
Fundação Solidaridad

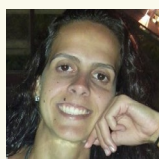
COFACILITADORES E COORDENAÇÃO EXECUTIVA



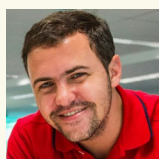
**JOSÉ CARLOS DA
FONSECA JR**
Ibá e cofacilitador



**RACHEL
BIDERMAN**
CI e cofacilitadora



LAURA LAMÔNICA
Coordenadora
Executiva



RENATO GRANDELLE
Coordenador de
Comunicação



MAIARA BECKRICH
Analista de Operações
e Engajamento



JOICE OLIVEIRA
Analista de Operações
e Gestão da Informação

NOSSAS LIDERANÇAS

LÍDERES DOS FÓRUNS DE DIÁLOGO E FORÇAS-TAREFA:



**ALESSANDRA
FAJARDO**
Bayer



**ANA LEITE
BASTOS**
Amata



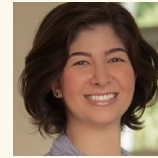
ANDREIA BONZO
Pinheiro Neto
Advogados



BETO MESQUITA
BVRio e Diálogo
Florestal



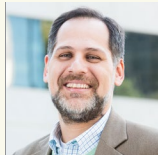
**BIANCA
NAKAMATO**
WWF



**CLARISSA
GANDOUR**
CPI/PUC-Rio



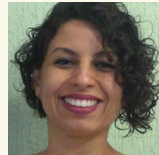
**DIOGO
BARDAL**
IFC



**EDUARDO
BASTOS**
Bayer



**EDUARDO
ROXO**
Atina



**ERIKA
PINTO**
IPAM



**FABIANA
REGUERO**
Amaggi



**FABIOLA
ZERBINI**
TFA



**GABRIEL
SIQUEIRA**
UNICAMP



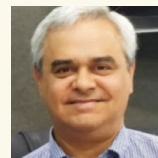
**GABRIELA
SAVIAN**
IPAM



**IVONE
NAMIKAWA**
Klabin



**JOANA
CHIAVARI**
CPI/PUC-Rio



**JOSÉ CARLOS DA
FONSECA JR**
Ibá



**JULIANA
MONTI**
Fundação Solidaridad



**JULIANA
SIMÕES**
TNC



**JULIANO
ASSUNÇÃO**
CPI/PUC-Rio



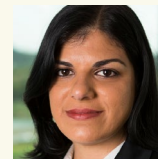
KALIL CURY
Partner
Desenvolvimento



**LAURA
ANTONIAZZI**
Agroicone



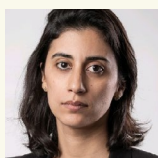
**LEDA
AVARES**
WWF Brasil



**LEILA
HARFUCH**
Agroicone



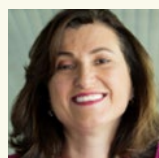
**LEONARDO
SOBRAL**
Imaflora



**LIÈGE
VERGILI**
JBS/Friboi



**LUCAS HENRIQUE
RIBEIRO**
Abag



**LUCIANA
VILLA NOVA**



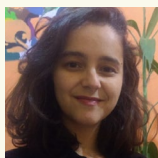
**MÁRCIO
NAPPO**
JBS



**MARIANA
PEREIRA**
Fundação Solidaridad



**MIGUEL
CALMON**
CI



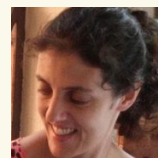
**MÔNICA
DIAS**
Suzano



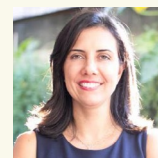
**PAULO
BARRETO**
Imazon



**PAULO
MOUTINHO**
IPAM



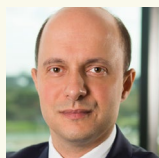
**PRISCILA
MATTA**
Natura



**RENATA
NOGUEIRA**
Cargill



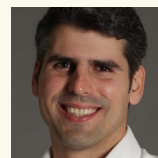
**RODRIGO
CIRIELLO**
Futuro Florestal



**RODRIGO
LIMA**
Agroicone



**RUBENS
BENINI**
TNC



**TÚLIO
DIAS**
Agropalma



**COALIZÃO
BRASIL**

CLIMA
FLORESTAS E
AGRICULTURA

